



MANUAL DE FORMAÇÃO PARA O EXAME DE ACESSO ÀS LICENÇAS FEDERATIVAS E DE TIRO DESPORTIVO

Autorizada a publicação deste manual pelo seu autor:
Adalberto de Almeida Fernandes

GENERALIDADES

Este manual destina-se à preparação dos candidatos à obtenção das seguintes licenças:

- **Licenças Federativas**
- **Licenças de Tiro Desportivo**

vocacionadas e necessárias para a prática de tiro desportivo.

Por isso, estas nada têm a ver com as licenças necessárias para a utilização de armas em defesa pessoal ou na prática da caça.

A prática desta modalidade desportiva pode ser feita com dois tipos de arma:

- Armas funcionando por ar comprimido
- Armas de fogo

Quando se pretende fazer tiro desportivo apenas com o primeiro tipo de armas referido, é suficiente a obtenção de uma Licença Federativa.

Pretendendo utilizar armas de fogo na prática desportiva, serão necessárias as duas licenças.

De qualquer forma, o exame que se propõem fazer os candidatos a atiradores desportivos, não difere pelo tipo de armas a utilizar, sendo sempre o mesmo.

Segundo especificado na Lei, este exame consta de três fases, a realizar pela ordem seguinte, sendo cada uma delas, só por si, eliminatória:

- Teste teórico de respostas por escolha múltipla
- Teste prático de manuseamento e segurança com a utilização das armas
- Teste prático de tiro

Os candidatos que obtiverem aprovação nas três fases do exame, poderão requerer a Licença Federativa adequada à modalidade ou modalidades que pretendam praticar, que será emitida pela Federação Portuguesa de Tiro, após solicitação do Clube de Tiro em que se inscreveram.

Após a emissão desta, poderão os seus titulares requerer à Direcção Nacional da PSP a emissão da Licença de Tiro Desportivo, entidade que tem a competência para a sua emissão, dado tratar-se de uma licença de uso e porte

ESTRUTURA DOS EXAMES

EXAME TEÓRICO

É um exame escrito e consta de um conjunto de dezasseis questões, com quatro possibilidades de escolha de resposta, em que o candidato tem que responder acertadamente a um mínimo de doze questões.

As dezasseis perguntas repartem-se por três temas:

- Legislação sobre a prática de tiro desportivo
- Manuseamento e normas de segurança com as armas
- Noções de Balística

PRIMEIRO EXAME PRÁTICO

Esta fase do exame consta de duas provas idênticas:

- Procedimentos para municiar uma pistola semi-automática de calibre .22" e depois desmuniciar.
- Idem com uma carabina do mesmo calibre, de repetição manual.

Estas operações devem ser executadas no total cumprimento das normas de segurança estabelecidas.

Em cada um dos casos, o candidato deverá introduzir cinco munições .22 LR no carregador da arma, introduzir esta na arma, municiar a câmara e visar o alvo.

Sem produzir o disparo, deverá efectuar as operações em sentido contrário, de desmuniciamento.

É eliminatório nesta fase o seguinte:

- Colocação do dedo indicador no gatilho mesmo momentaneamente, durante as operações citadas.
- Virar a arma para direcção diferente da linha dos alvos.
- Pousar a arma na bancada com munições.
- Produzir um disparo accidental.

SEGUNDO EXAME PRÁTICO

Os candidatos, após aprovação nas fases anteriores do exame, realizarão uma prova de tiro com uma arma de ar comprimido, podendo, à sua escolha, ser:

Nesta prova, terão que efectuar uma concentração de dez disparos num raio de:

- 20 cm, no caso de utilização de arma curta
- 10 cm, no caso de carabina

Os calibres autorizados na prova prática serão 4,5 mm e 5,5 mm.

Antes de efectuar a prova prática de tiro, os candidatos poderão efectuar cinco disparos de treino e verificação das miras, se assim o desejarem.

Podem-se candidatar ao exame em questão os maiores de 18 anos mas, em casos especiais, é permitido a menores com idade não inferior aos 14 anos.

Aquando da inscrição do atirador na Federação Portuguesa de Tiro, com a anuidade a pagar é pago também um seguro desportivo obrigatório.

Este seguro nada tem a ver com outro seguro obrigatório, da responsabilidade do atirador, o de Responsabilidade Civil, caso possua armas.

ARMAS E MUNIÇÕES

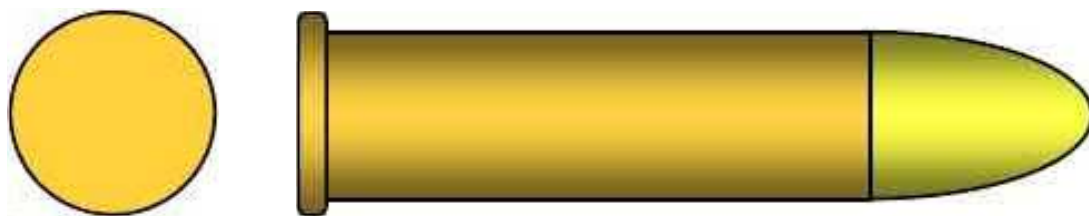
Embora a Lei não o exija, nem conste do exame em questão, os candidatos devem preocupar-se em obter algum conhecimento das armas que podem utilizar, assim como do seu funcionamento.

Porém, algumas noções mesmo elementares sobre munições são obrigatórias e matéria de exame, quanto mais não seja para poderem ser distinguidas as munições permitidas ou não permitidas, conforme as licenças federativas de que os atiradores sejam titulares.

As munições comuns utilizadas em tiro desportivo com bala, possuem um invólucro metálico que contém a pólvora e um projectil, podendo ter ou não um fulminante destacável.

É este aspecto que distingue os dois tipos principais de munições:

- Munições de Percussão Central, possuindo um fulminante destacável.
- Munições de Percussão Anelar, ou de Percussão Lateral, sem



Munição de Percussão Lateral ou Anelar, de pequeno calibre



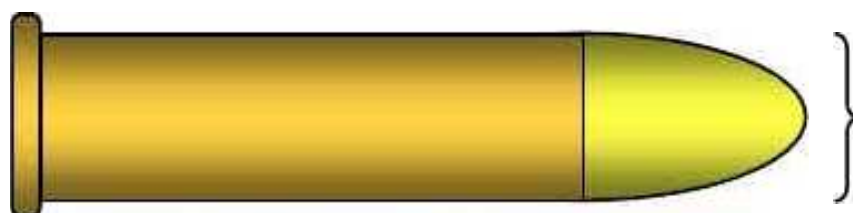
Munição de Percussão Central de grosso calibre

Actualmente apenas existem munições de percussão anelar de pequenos calibres: .17" (4,5 mm) e .22 (5,56 mm). Todas as restantes são de percussão central.



Percussão Lateral

Percussão Central



.22 (.224")



Quanto à Licença Federativa, apresenta diferentes características:

- Tem a validade de um ano, sendo neste período renovada.
- Para a sua renovação é necessária a comparência a provas desportivas (pelo menos uma prova anual, excepto tiro dinâmico, em geral exigindo três provas) e a apresentação do atestado médico desportivo no mês de aniversário.
- Renovação apenas se não existência de sanções disciplinares por má conduta.
- Existem diversos tipos de Licenças Federativas para tiro com arma de fogo com bala: A, B, C e D.

O candidato que obtém aprovação no exame, pode optar pela Licença A ou pela Licença D, conforme a forma de tiro que pretender praticar:

- Quem pretende praticar uma forma de tiro mais informal, não propriamente de competição, deve requerer a Licença D, destinada ao designado como Tiro de Recreio.
- Quem pretender praticar uma forma de tiro mais ligada à competição, deverá requerer a Licença A.

Ambas estas licenças apenas permitem a utilização das seguintes armas e calibres:

- Ar comprimido de calibre 4,5 ou 5,5 mm
- De fogo, em armas de calibre até .22" (5,56 mm) de percussão anelar (percussão central de calibre .22" não são permitidas com estas licenças!)

Outras diferenças existem entre as Licenças Federativas A e D:

- A Licença A permite evolução nas armas e calibres utilizados: Licenças B e C
- Permite a posse de um número ilimitado de armas desde que de calibre .17" ou .22 de percussão anelar
- A Licença D apenas permite a posse de até quatro armas desses calibres em qualquer tipo. e não permite qualquer evolução
- A Licença D permite ainda a utilização de armas de cartuchos de chumbos de 9 mm (ou 12 mm?)
- As armas curtas utilizadas com a Licença A em tiro de precisão, obrigatoriamente terão um comprimento não inferior a 220 mm. Com comprimento inferior, apenas podem ser utilizadas em Tiro de Recreio, praticado com a Licença Federativa D

A evolução das licenças Federativas processa-se da seguinte forma:

Exige a comparência do atirador em pelo menos duas provas anuais oficiais, durante dois anos, obtendo, pelo menos em uma prova, a pontuação mínima exigida pelas normas da FPT (definidas para cada evolução: A para B e B para a C).

Assim, é exigida a permanência mínima de dois anos com cada tipo de licença.

Aos atiradores pertencentes a Forças Armadas ou de Segurança é atribuída, com a aprovação no exame, de imediato a Licença Federativa C, não estando, portanto, sujeitos à normal evolução.

Ao detentor de uma Licença B já é permitida a utilização das seguintes armas:

- Armas curtas até ao calibre .38" (9 mm) em tiro de precisão (ISSF), apenas com projecteis do tipo WadCutter
- Armas longas até ao calibre de 8 mm em tiro de precisão

A Licença C permite:

- Armas curtas até ao calibre .45" (11,43 mm) em tiro de precisão com quaisquer projecteis
- O mesmo que a Licença B em armas longas

O Tiro dinâmico, que em Portugal está tutelado pela FPT, é unicamente o IPSC, International Practical Shooting Confederation, e é exigido dos atiradores:

- Licença Desportiva C
- Aprovação em exame para a modalidade

A prática de tiro com armas de pólvora negra (MLAIC) apenas é permitida atiradores:

- Possuindo a Licença Federativa B ou C
- Aprovação em curso específico para a modalidade

O atirador pode possuir a Licença D conjuntamente com uma das Licenças A, B ou C.

O número de armas de grosso calibre (superior a .22") está limitado a:

- 4 para Tiro Dinâmico
- 6 para Tiro de Precisão

Além das Licenças Federativas A, B, C e D, para tiro com bala, existe ainda a Licença Federativa E, que se refere a prática de Tiro Desportivo com armas de cartuchos de chumbos, mas que diz respeito a modalidades tituladas não pela FPT mas sim pela Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça.

RESUMO DAS LICENÇAS FEDERATIVAS

A	B	C	D	E
Armas curtas ou longas de munições de percussão anelar até .22” ou 5,56 mm, no caso de armas de fogo, com o mínimo de 22 cm se curtas. De 4,5 ou 5,5 mm se de ar comprimido	Armas de fogo curtas até ao calibre .38” com projecteis WadCutter e carabinas de calibre até 8mm	Armas curtas até ao calibre .45” (12,43 mm) com quaisquer tipos de projecteis, e carabinas de calibres até 8mm	Armas curtas ou longas de munições de percussão anelar até .22” ou 5,56 mm, no caso de armas de fogo e, de 4,5 ou 5,5 mm se de ar comprimido. Armas de cartuchos de chumbos até 9mm (12mm?)	Armas de cartuchos de chumbos, nos calibres de acordo com as modalidades
Mínimo de permanência: 2 anos	Mínimo de permanência: 2 anos			
Tiro de Precisão	Tiro de Precisão	Tiro de Precisão	Tiro de Recreio	Modalidades próprias
	MLAIC, com curso	MLAIC, com curso		
		IPSC, com exame		
FPT	FPT	FPT	FPT	FPTAC

processa é bastante imprevisível, dependendo sobretudo da forma e desenho da superfície atingida que o provoca.

Quando se produz um embate de um projectil contra um qualquer corpo, a energia que transportava o projectil no momento do embate, em parte é absorvida pelo projectil e também pelo objecto atingido, e a restante é transportada pelo projectil na nova direcção.

Um exemplo de ricochete extremamente perigoso, é o que se passa quando um projectil atinge uma superfície da água de forma rasante. Praticamente não se verifica absorção de energia no impacto, pelo que o projectil parte para a nova direcção que toma quase com a mesma velocidade e energia.

Quase nunca um ricochete segue regras com rigor o que, mesmo apenas teoricamente, apenas sucederia considerando o objecto atingido perfeitamente plano e indeformável.

De qualquer modo, seria, por exemplo, mais previsível um ricochete de um projectil sobre uma superfície plana do que sobre uma superfície curva, pela variação do possível do ângulo de incidência.

A forma como os ricochetes se processam depende sobretudo da maior ou menor dureza dos projecteis e também da dureza da superfície atingida.

Quanto menos energia for absorvida no embate, mais elevada será a energia do ricochete.

Por isso um projectil mais mole, como um não revestido, pode ricochetear, mas com menos energia do que se se tratasse de um projectil do tipo FMJ.

Ricochetes que também podem ser perigosos são os ricochetes no solo, pelo que nas carreiras de tiro o solo deve ser em matéria que absorva os projecteis, como areia, ou mesmo terra.

Real Clube de Tiro de Viseu

www.rctviseu.com

Contactos

Email: ctviseu@hotmail.com

